



A Economia Angolana

OGE traça melhor cenário para 2023

Research

Janeiro 2023

O crescimento económico deverá continuar a melhorar

A proposta do OGE 2023 pressupõe que a actividade económica no país continue a acelerar este ano, prevendo-se que o crescimento do PIB real atinja os 3,3% depois dos 2,7% esperados em 2022. Apesar dos riscos e das incertezas, nomeadamente ao nível da conjuntura internacional, esta parece-nos ser uma estimativa de crescimento razoável e salientamos que está em linha com a previsão de 3,4% do FMI para o período. O governo prevê ainda que o crescimento acelere depois de 2023, atingindo uma média anual de 4,1% no período 2024-28. A proposta do OGE 2023 pressupõe um preço médio do crude de 75 US\$ por barril (vs. 100 US\$ estimados para 2022) e que a produção de petróleo cresça 2,8% para 1,18 milhões de bpd. A inflação deverá continuar a cair em grande parte graças à política monetária restritiva seguida pelo BNA, prevendo-se que chegue aos 11,1% no final do ano (vs. 14,4% em 2022).

Economia

Tiago Bossa Dionísio

(+351) 964 643 530

tiago.dionisio@eaglestone.eu

O governo prevê outro *superavit* orçamental em 2023

A proposta do OGE 2023 ascende a 20,104 mil milhões de AKZ, situando-se 7,2% acima do OGE 2022 e 5,9% acima do valor esperado para o ano. O OGE pressupõe que o governo atinja um *superavit* de 560 mil milhões de AKZ (o equivalente a 0,9% do PIB), depois de um *superavit* de 2,7% previsto para 2022. O governo prevê ainda um *superavit* primário (excluindo juros da dívida) equivalente a 4,9% do PIB, abaixo do *superavit* de 6,7% esperado para 2022.

Receitas do sector não-petrolífero compensam queda de receitas petrolíferas

O governo prevê que as receitas cresçam apenas 0,7% para os 13,462 mil milhões de AKZ e que as despesas subam 8,4% para 12,902 mil milhões de AKZ, relativamente aos valores de 2022. Salientam-se ainda as seguintes projeções: (1) subida de 16,1% nas receitas não petrolíferas e de 7,1% nas despesas primárias, (2) as receitas do sector petrolífero continuarão a representar a maioria das receitas (53,5% do total), (3) aumento de 12,4% das despesas correntes devido às maiores despesas públicas em bens e serviços, salários e juros e (4) as despesas de capital deverão manter-se elevadas, tendo em conta que o governo prevê impulsionar o investimento público para acelerar o crescimento económico e a recuperação dos empregos.

Quase metade da despesa pública (novamente) para pagar o serviço da dívida

O governo prevê que 59,7% das receitas para financiar o OGE 2023 venham de impostos (35,8% do sector petrolífero), e um terço do endividamento. De notar que o endividamento deverá crescer 31,6%, com o financiamento nos mercados externos a crescer ao dobro do ritmo do interno. Refira-se também que 45% da despesa pública deverá ser alocada à amortização do serviço da dívida (capital mais juros).

Rácios da dívida pública caíram significativamente em 2021-22

Os rácios da dívida pública angolana mantiveram uma trajectória descendente em 2022, depois de já terem registado uma queda acentuada no ano anterior. O governo estima que a dívida pública atinja os 56,1% do PIB no final do ano, muito abaixo dos máximos históricos de 133,8% registados em 2020 e dos 82,9% em 2021. Esta evolução reflecte as medidas de consolidação fiscal implementadas pelo governo nos últimos anos juntamente com uma taxa de câmbio do kwanza mais estável, uma vez que perto de dois terços da dívida pública do país está denominada em moeda estrangeira. Dito isto, continua a ser crucial que as autoridades angolanas prossigam o seu compromisso ao nível da consolidação fiscal de modo a garantir o objectivo de alcançar um rácio da dívida pública de 60% do PIB a longo prazo.

ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO (2023)

Projeções Macroeconómicas

A actividade económica em Angola continuou a melhorar em 2022, depois de já ter dado sinais de estabilização no ano anterior. Recorde-se que 2021 marcou o fim de uma prolongada recessão de cinco anos no país, com o PIB real a crescer 0,7% no período. Apesar deste ser um crescimento modesto, este ficou acima dos 0,2% inicialmente previstos pelas autoridades angolanas.

Entretanto, os últimos dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) mostram que o crescimento do PIB real aumentou para 3,4% nos primeiros nove meses de 2022, graças a um contributo positivo dos sectores petrolífero (2,4%) e não-petrolífero (3,8%). Este desempenho levou o governo a rever em alta a sua previsão de crescimento económico para o total do ano para 2,7% face ao 2,4% previstos na proposta orçamental para 2022.

Esta melhoria é justificada pelo aumento da produção de petróleo esperado para o ano (2%) e pelo crescimento ligeiramente melhor do sector não-petrolífero (3,2% vs. 3,1% anteriormente previsto). Este último foi impulsionado principalmente por um crescimento mais rápido em sectores como a pesca (10%), a indústria extractiva (10%), energia (8,3%), transportes e armazenamento (8%), a indústria transformadora (5%) e agricultura (4,9%).

O governo angolano espera que o crescimento económico continue a acelerar este ano, com a sua proposta para o Orçamento Geral do Estado (OGE) 2023 a assumir uma previsão de crescimento do PIB real de 3,3%. Esta evolução reflecte uma melhoria do desempenho no sector do petróleo e gás (3,0%), particularmente uma forte recuperação no sector do gás (17,8% vs. -9,7% em 2022) e um contributo ligeiramente melhor do sector não-petrolífero (3,4%).

A actividade económica continuou a melhorar em 2022 depois de ter estabilizado no ano anterior

O governo reviu em alta a sua previsão para o crescimento do PIB real de 2022

Esta revisão em alta deveu-se a uma melhoria das perspectivas de crescimento para o sectores petrolífero e não-petrolífero

O governo espera que a actividade económica continue a acelerar em 2023

CRESCIMENTO DO PIB REAL	2020	2021	2022 (1)	2022 (2)	2023 (1)
Crescimento do PIB real	-5,6%	0,7%	2,4%	2,7%	3,3%
- Petróleo e Gás	-8,3%	-11,0%	1,6%	2,1%	3,0%
Petróleo	-8,1%	-11,5%	1,5%	2,1%	2,8%
Gás	-12,8%	11,1%	4,2%	-9,7%	17,8%
- Não-petrolífero	-4,7%	6,4%	3,1%	3,2%	3,4%

(1) OGE inicial; (2) Estimativa. Fonte: Autoridades Angolanas.

A inflação tem sido principalmente afectada pelo custo mais elevado dos bens alimentares nos mercados internacionais. Recorde-se que as importações de bens alimentares ainda representam uma grande parte do fornecimento destes bens essenciais ao mercado interno. No entanto, ao contrário do que aconteceu na maioria dos outros países do mundo, a inflação em Angola seguiu uma trajectória descendente em 2022, depois de ter estado sob pressão nos dois anos anteriores. A taxa de inflação anual atingiu um nível abaixo da meta do governo de 18,0% para 2022 em Outubro (16,7%) e espera-se agora que termine o ano nos 14,4%. Isto compara com uma taxa de inflação de 27,0% registada em 2021.

Espera-se que a inflação continue a tendência de queda em grande parte devido a uma política monetária algo restritiva seguida pelo banco central. O governo prevê na sua proposta do OGE para 2023 que a inflação anual termine o ano nos 11,1%.

Ao contrário do que se verificou noutros países, a inflação em Angola desacelerou em 2022

Prevê-se que a inflação continue a baixar em 2023

INDICADORES ECONÓMICOS	2020	2021	2022 (1)	2022 (2)	2023 (1)
Inflação	25,1%	27,0%	18,0%	14,4%	11,1%
Produção Anual de Petróleo e GNL	579,9	539,3	553,2	535,3	567,7
Produção de Petróleo (MBbl)	463,9	410,4	419,0	419,0	430,7
Produção GNL (MBOE)	116,0	128,9	134,2	116,3	137,0
Produção Diária de Petróleo (Milhões bpd)	1,271	1,124	1,148	1,148	1,180
Preço Médio do Petróleo (US\$/Bbl)	41,3	71,2	59,0	100,0	75,0
Preço Médio do GNL (US\$/BOE)	29,2	38,0	33,0	57,0	39,0
PIB Nominal (AKZ mil milhões)	34 158,3	47 045,0	54 578,2	55 759,1	61 012,4
Petróleo	8 733,5	14 130,2	13 825,4	14 695,4	13 477,0
Não-petrolífero	25 424,8	32 914,8	40 752,8	41 063,7	47 535,4

(1) OGE Inicial; (2) Estimativa. Fonte: Autoridades Angolanas.

A proposta do OGE 2023 assume um preço médio para o petróleo de 75 US\$ por barril durante o ano. Embora esta previsão seja muito inferior à média de 100 US\$ prevista para 2022, esta

O OGE de 2023 incorpora um preço médio para o petróleo de 75 dólares e

situa-se acima dos 59 US\$ incluídos no orçamento do ano passado. O governo prevê também que a produção média diária de crude atinja os 1,180 milhões de barris em 2023, o que compara com 1,148 milhões no ano anterior. Isto representa um aumento de 32,8 mil barris/dia (ou 2,8%) e reflecte o aumento da actividade nos blocos 15/06 (8,6%), 14 (8,3%), 15 (8,2%), 31 (4,1%) e 17 (7,4%).

assume que a produção de crude recupere ligeiramente face ao ano anterior

O governo divulgou na sua proposta de OGE 2023 um cenário de crescimento económico para o período 2024-28 onde prevê que o crescimento médio anual do PIB real atinja os 4,0% (as previsões actuais do FMI também sugerem que o crescimento médio esteja em torno dos 4,0% durante 2024-27). Espera-se que o crescimento económico seja inteiramente apoiado por um melhor desempenho do sector não-petrolífero, que deverá avançar 4,7% ao ano. Isto compensará o impacto negativo de uma produção de crude mais baixa de -1,5% por ano entre 2024 e 2027, antes que a produção recupere no ano seguinte uns modestos 2,0%.

O governo prevê um crescimento médio do PIB real de 4% ao ano durante o período 2024-28

Este cenário de crescimento económico reflecte o objetivo do governo de intensificar e acelerar a diversificação da economia angolana. Espera-se que este processo seja liderado pelo sector privado, tornando-se este o motor de crescimento económico do país.

O governo espera que o sector privado se torne no motor de crescimento do país

PREVISÕES DO PIB REAL	2024	2025	2026	2027	2028
PIB global	3,9%	2,4%	3,7%	4,7%	5,6%
- Petróleo e Gás	0,6%	-5,3%	-6,2%	-3,3%	2,0%
Petróleo	0,3%	-5,5%	-6,1%	-3,8%	2,0%
Gás	18,2%	0,6%	-8,4%	9,7%	2,5%
- Não petrolífero	4,8%	4,1%	5,5%	5,9%	6,1%
PIB Nominal (AKZ mil milhões)	65 989,2	71 856,0	79 453,6	88 765,5	100 391,7
Petróleo	11 104,2	10 444,0	9 790,3	9 259,2	9 259,2
Gás	323,7	368,5	369,9	407,9	407,9
Não petrolífero	54 561,4	61 043,5	69 293,5	79 098,4	90 724,7

Fonte: Autoridades Angolanas.

Contas Públicas

As contas do governo para 2022 foram particularmente afectadas pela conjuntura internacional durante o ano, nomeadamente um preço do petróleo significativamente mais elevado do que inicialmente previsto para o período. Com efeito, conforme referido acima, as autoridades angolanas assumiram inicialmente na sua proposta orçamental para 2022 que o preço médio do crude atingisse os 59 US\$ por barril durante o ano. Acontece que esta média pode acabar por chegar aos 100 US\$, o que obviamente tem um impacto bastante favorável nas receitas petrolíferas do governo. No entanto, significa também que as autoridades angolanas tiveram de gastar um montante significativamente superior ao esperado nos subsídios aos combustíveis para ajudar a compensar o impacto destes preços mais elevados do petróleo na população.

O preço do petróleo significativamente mais alto do que o inicialmente previsto teve um impacto relevante nas contas públicas de 2022

CONTAS DO ESTADO					Variação			
AKZ Mil Milhões	2020 (1)	2021 (1)	2022 (2)	2022 (1)	2021 (1) / 2020 (1)	2022 (2) / 2021 (1)	2022 (1) / 2021 (1)	2022 (2) / 2022 (1)
Receitas								
Receitas de Impostos (Petroíferas)	3 612	6 615	6 118	7 973	83,1%	-7,5%	20,5%	30,3%
Receitas de Impostos (Não-Petroíferas)	2 993	3 709	4 612	4 382	23,9%	24,4%	18,2%	-5,0%
Cont. Sociais, Doações e Outras Receitas	449	671	908	1 016	49,5%	35,2%	51,4%	12,0%
Total das Receitas	7 054	10 995	11 637	13 371	55,9%	5,8%	21,6%	14,9%
Despesas								
Despesas Correntes	5 928	6 727	9 663	8 729	13,5%	43,6%	29,8%	-9,7%
Remunerações	2 067	2 095	2 677	2 391	1,3%	27,8%	14,2%	-10,7%
Bens e Serviços	966	1 646	2 430	2 112	70,4%	47,7%	28,4%	-13,1%
Juros	2 300	2 445	3 021	2 135	6,3%	23,6%	-12,7%	-29,3%
Transferências	595	542	1 535	2 091	-8,9%	183,1%	285,6%	36,2%
Subsídios	48	62	873	1 523	30,3%	1301,0%	2344,1%	74,5%
Despesas de Capital	1 772	2 480	1 973	3 171	39,9%	-20,4%	27,9%	60,7%
Total das Despesas	7 700	9 207	11 636	11 899	19,6%	26,4%	29,2%	2,3%

(1) Preliminar; (2) OGE Inicial. Fontes: Autoridades Angolanas e Eaglestone Securities.

Os dados preliminares divulgados pelo governo mostram que as receitas fiscais relacionadas com o sector petrolífero podem atingir os 7.973 mil milhões de AKZ em 2022 e situar-se 30,3% acima do valor orçamentado para o ano. Este valor representa um aumento de 20,5% relativamente à estimativa para 2021. Por outro lado, as receitas fiscais não relacionadas com o

As receitas fiscais do sector petrolífero deverão ficar 30,3% acima do previsto para 2022

petróleo deverão ficar 5% abaixo do valor orçamentado, depois de terem subido 18,2% para 4.382 mil milhões de AKZ. Com as receitas não-fiscais previstas ficarem 12% acima das expectativas, isto significa que as receitas totais do ano deverão atingir os 13.371 mil milhões de AKZ e superar o valor orçamentado em 14,9%, ao mesmo tempo que aumentam 21,6% no período.

Em termos de despesas, o governo prevê agora que estas se situem em 11.899 mil milhões de AKZ em 2022. Este valor é 2,3% superior à previsão inicial do governo para o ano e 29,2% superior à estimativa do ano anterior. Este ligeiro desvio ocorre devido a uma aceleração da execução das despesas de capital (isto é, investimento público), o que significa que estas despesas deverão situar-se 60,7% acima da sua projeção inicial e mais do que compensar as despesas correntes mais baixas (-9,7%). O aumento acentuado das despesas de capital deverá estar em grande parte relacionado com o facto de 2022 ter sido um ano de eleições em Angola.

Entretanto, a proposta do OGE 2023 está avaliada em 20.104 mil milhões de AKZ, o que representa um aumento de 7,2% face à proposta inicial de orçamento para 2022 e 5,9% acima do valor esperado pelo governo para o ano. A proposta pressupõe que o governo atinja um excedente orçamental de 560 mil milhões de AKZ (o equivalente a 0,9% do PIB), na sequência de um excedente de 2,7% do PIB esperado para 2022. O governo projeta ainda um *superavit* primário equivalente a 4,9% do PIB, abaixo do *superavit* de 6,7% esperado em 2022. Recorde-se que a proposta do OGE 2022 assumiu um saldo global equilibrado e um *superavit* primário equivalente a 5,5% do PIB.

Na proposta do OGE 2023, o governo prevê que o total de receitas e despesas atinja 13.462 mil milhões de AKZ e 12.902 mil milhões de AKZ, respetivamente. Estes valores representam um aumento de 0,7% das receitas e de 8,4% das despesas relativamente aos valores esperados para 2022. Importa ainda referir que a proposta do OGE pressupõe que as receitas não petrolíferas aumentem 16,1% e as despesas primárias (excluindo o pagamento de juros) cresçam 7,1% face aos valores esperados para 2022.

Prevê-se que as despesas totais fiquem apenas 2,3% acima do valor projectado para 2022

A proposta do OGE 2023 assume um superavit global equivalente a 0,9% do PIB

As receitas deverão crescer 0,7% e as despesas 8,4% em relação aos valores previstos para 2022

CONTAS DO ESTADO AKZ MIL MILHÕES						Variação			
	2020 (1)	2021 (1)	2022 (2)	2022 (1)	2023 (2)	2022 (2) / 2021 (1)	2023 (2) / 2021 (1)	2023 (2) / 2022 (2)	2023 (2) / 2022 (1)
Receitas	7 054	10 995	11 637	13 371	13 462	5,8%	21,6%	15,7%	0,7%
Receitas Correntes	7 050	10 973	11 637	13 332	13 462	6,1%	21,5%	15,7%	1,0%
Receitas de Impostos	6 605	10 324	10 730	12 355	11 999	3,9%	19,7%	11,8%	-2,9%
Receitas Petrolíferas	3 612	6 615	6 118	7 973	7 196	-7,5%	20,5%	17,6%	-9,8%
% do Total das Receitas de Impostos	54,7%	64,1%	57,0%	64,5%	60,0%	-7,1%	0,5%	2,9%	-4,6%
Receitas Não-Petrolíferas	2 993	3 709	4 612	4 382	4 804	24,4%	18,2%	4,2%	9,6%
Contribuições Sociais	320	350	336	390	311	-4,1%	11,3%	-7,4%	-20,2%
Doações e Outras Receitas	124	299	572	587	1 152	91,1%	96,1%	101,3%	96,2%
Receitas de Capital	5	22	0	39	0	-100,0%	79,5%	-	-100,0%
Despesas	7 700	9 207	11 636	11 899	12 902	26,4%	29,2%	10,9%	8,4%
Despesas Correntes	5 928	6 727	9 663	8 729	9 808	43,6%	29,8%	1,5%	12,4%
Remunerações	2 067	2 095	2 677	2 391	2 825	27,8%	14,2%	5,5%	18,2%
Bens e Serviços	966	1 646	2 430	2 112	2 885	47,7%	28,4%	18,7%	36,6%
Juros	2 300	2 445	3 021	2 135	2 441	23,6%	-12,7%	-19,2%	14,3%
Transferências	595	542	1 535	2 091	1 657	183,1%	285,6%	8,0%	-20,7%
Subsídios	48	62	873	1 523	964	1301,0%	2344,1%	10,5%	-36,7%
Despesas de Capital	1 772	2 480	1 973	3 171	3 094	-20,4%	27,9%	56,8%	-2,4%
Investimento Público	1 337	2 392	1 973	-	3 081	-17,5%	-	56,1%	-
Saldo Primário	1 654	4 233	3 022	3 607	3 001	-28,6%	-14,8%	-0,7%	-16,8%
% do PIB	5,0%	9,0%	5,5%	6,7%	4,9%	-3,4%	-2,3%	-0,6%	-1,7%
Saldo Orçamental	-646	1 788	2	1 472	560	-99,9%	-17,7%	n.m.	-62,0%
% do PIB	-2,0%	3,8%	0,0%	2,7%	0,9%	-3,8%	-1,1%	0,9%	-1,8%

(1) Estimativa; (2) OGE Inicial. Fontes: Autoridades Angolanas e Eaglestone Securities.

A tabela acima detalha as receitas e despesas projectadas pelo governo para 2023. Conforme referido anteriormente, as receitas deverão manter-se quase inalteradas em relação ao ano anterior, uma vez que a diminuição das receitas petrolíferas (-9,8%) deverá ser compensada por uma melhoria das receitas fiscais não petrolíferas (9,6%) e outras receitas, que se prevê que quase dupliquem (não foram fornecidos detalhes que expliquem este aumento acentuado).

A queda das receitas petrolíferas deverá ser compensada pela melhoria das receitas não-petrolíferas e outras receitas

Por outro lado, a despesa mais alta projectada para o ano resulta de um crescimento de 12,4% nas despesas correntes, nomeadamente um aumento da despesa pública em bens e serviços (36,6%), salários (18,2%) e juros (14,3%). Espera-se que as despesas de capital permaneçam a um nível elevado, uma vez que o governo planeia impulsionar o investimento público para

O aumento da despesa total deve-se ao crescimento das despesas correntes

acelerar o crescimento económico e melhorar a criação de emprego no país. Recorde-se que o investimento público continua a ser crucial para o crescimento económico de Angola, tendo em conta os elevados défices de infraestruturas no país.

O governo prevê continuar a implementar várias medidas para melhorar a sua base de receitas, nomeadamente relacionadas com o aumento da base tributária e a melhoria da supervisão fiscal e seus procedimentos. Estas incluem (1) implementar medidas destinadas a melhorar a competitividade e eficiência do sistema fiscal angolano, (2) reforçar a fiscalização e o ajuste nos procedimentos a fim de melhorar a eficiência e a eficácia na arrecadação de impostos, (3) continuar a implementar acções conducentes à realização da transformação digital e gradual do sistema tributário angolano, (4) reforçar as acções de educação e promoção da cidadania fiscal, (5) monitoramento, controlo e *compliance* dos procedimentos tributários e (6) continuidade da promoção do cadastro massivo de pessoas e bens (imóveis e veículos motorizados). O governo vai também continuar o seu programa de privatizações (PROPRIV), prevendo-se que 46 activos e empresas vejam o seu processo de privatização concluído em 2023 (18 deles já viram o seu processo de privatização iniciado em 2022). Estes activos e empresas são dos sectores industrial, recursos minerais e petróleo, telecomunicações e transportes.

O governo prevê continuar a implementar medidas para melhorar a sua base de receitas

As reformas previstas em termos de despesas públicas incluem (1) acelerar a reforma do Sector Empresarial Público, (2) acelerar a reforma dos Fundos Públicos, nomeadamente implementar o Decreto Presidencial n: 61/22 de 22 de Fevereiro que consiste na redução do actuais 16 fundos públicos para cinco (desenvolvimento de infraestruturas, apoio ao crédito, apoio ao desenvolvimento social, desenvolvimento do sector produtivo e capital de risco), (3) continuar a desconcentração financeira, (4) continuar a reforçar a gestão do investimento público e (5) implementar melhorias estruturais ao nível da contratação pública.

Também estão previstas várias reformas ao nível da despesa pública

Em geral, prevê-se que as receitas e as despesas totais representem 22,1% e 21,1% do PIB, respetivamente (vs. 24,7% e 21,9% do PIB esperados em 2022, respetivamente), com as receitas fiscais relacionadas com o sector petrolífero a atingirem os 11,8% do PIB. Por outro lado, a despesa corrente deverá representar 16,1% do PIB (valor inalterado face a 2022).

As receitas e despesas deverão representar 22,1% e 21,1% do PIB, respetivamente, em 2023

CONTAS DO ESTADO	% do PIB									
	2015	2016	2017	2018	2019	2020 (1)	2021 (1)	2022 (2)	2022 (1)	2023 (2)
Receitas	24,1%	17,6%	17,5%	22,9%	21,4%	21,4%	23,3%	21,3%	24,7%	22,1%
Receitas de Impostos	21,8%	15,8%	15,8%	21,1%	19,8%	20,0%	21,9%	19,7%	22,8%	19,7%
Receitas Petrolíferas	13,6%	8,3%	9,9%	14,5%	12,9%	10,9%	14,0%	11,2%	14,7%	11,8%
Receitas Não-Petrolíferas	8,2%	7,5%	5,9%	6,6%	6,9%	9,1%	7,9%	8,4%	8,1%	7,9%
Cont. Sociais, Doações e Outras Receitas	2,3%	1,8%	1,7%	1,8%	1,5%	1,4%	1,4%	1,7%	1,9%	2,4%
Despesas	27,1%	22,2%	23,8%	20,8%	20,8%	23,3%	19,5%	21,3%	21,9%	21,1%
Despesas Correntes	21,8%	18,3%	17,3%	16,1%	17,1%	17,9%	14,2%	17,7%	16,1%	16,1%
Remunerações	10,0%	8,5%	7,4%	6,0%	6,5%	6,3%	4,4%	4,9%	4,4%	4,6%
Bens e Serviços	5,6%	3,8%	4,1%	3,4%	2,8%	2,9%	3,5%	4,5%	3,9%	4,7%
Juros	1,8%	2,9%	3,3%	4,7%	5,9%	7,0%	5,2%	5,5%	3,9%	4,0%
Transferências	4,4%	3,1%	2,3%	1,9%	2,0%	1,8%	1,1%	2,8%	3,9%	2,7%
Despesas de Capital	5,3%	3,9%	6,5%	4,6%	3,7%	5,4%	5,3%	3,6%	5,8%	5,1%
Saldo Primário	-1,1%	-1,7%	-3,0%	6,8%	6,5%	5,0%	9,0%	5,5%	6,7%	4,9%
Saldo Orçamental	-2,9%	-4,5%	-6,3%	2,1%	0,6%	-2,0%	3,8%	0,0%	2,7%	0,9%
Saldo Primário Não-Petrolífero	-21,8%	-12,2%	-16,3%	-10,9%	-9,3%	-7,9%	-7,2%	-7,6%	-11,0%	-8,8%
Saldo Orçamental Não-Petrolífero	-24,4%	-15,7%	-20,5%	-17,7%	-17,8%	-17,1%	-14,6%	-15,0%	-16,3%	-14,0%

(1) Preliminar; (2) OGE Inicial. Fontes: Autoridades Angolanas e Eaglestone Securities.

Espera-se que as receitas fiscais relacionadas com o sector petrolífero continuem a representar a maioria das receitas, situando-se em 53,5% do total em 2023. Este valor fica abaixo dos 59,6% previstos para 2022, mas acima dos 52,6% incluídos no OGE 2022. Isto deve-se, em parte, ao pressuposto de um preço do petróleo mais baixo na proposta do OGE 2023 e ao impacto que se espera que este tenha nas receitas fiscais do sector petrolífero. Por outro lado, prevê-se que a contribuição das receitas fiscais não-petrolíferas e das receitas não-fiscais suba face às previsões para 2022.

As receitas fiscais do sector petrolífero continuarão a representar a maioria das receitas

Destaque ainda para a despesa pública que vai para o pagamento de transferências em 2023. Embora se preveja que a proporção de transferências em termos de despesas totais desça para 12,8% (face a 17,6% esperados em 2022), este valor permanece muito acima dos registados em anos anteriores.

Estima-se que as transferências representem 12,8% do total das despesas

CONTAS DO ESTADO	% do Total									
	2015	2016	2017	2018	2019	2020 (1)	2021 (1)	2022 (2)	2022 (1)	2023 (2)
Receitas										
Receitas de Impostos (Petrolíferas)	56,4%	47,3%	56,7%	63,4%	60,4%	51,2%	60,2%	52,6%	59,6%	53,5%
Receitas de Impostos (Não-Petrolíferas)	34,0%	42,3%	33,7%	28,9%	32,4%	42,4%	33,7%	39,6%	32,8%	35,7%
Cont. Sociais, Doações e Outras Receitas	9,6%	10,4%	9,6%	7,7%	7,2%	6,4%	6,1%	7,8%	7,6%	10,9%
Total das Receitas	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Despesas										
Despesas Correntes	80,5%	82,3%	72,6%	77,7%	82,3%	77,0%	73,1%	83,0%	73,4%	76,0%
Remunerações	36,8%	38,3%	31,3%	28,9%	31,4%	26,8%	22,7%	23,0%	20,1%	21,9%
Bens e Serviços	20,9%	17,1%	17,4%	16,6%	13,3%	12,5%	17,9%	20,9%	17,8%	22,4%
Juros	6,6%	12,9%	14,0%	22,8%	28,2%	29,9%	26,6%	26,0%	17,9%	18,9%
Transferências	16,2%	14,0%	9,8%	9,3%	9,4%	7,7%	5,9%	13,2%	17,6%	12,8%
Subsídios	7,4%	4,4%	1,9%	1,6%	1,2%	0,6%	0,7%	7,5%	12,8%	7,5%
Despesas de Capital	19,5%	17,7%	27,4%	22,3%	17,7%	23,0%	26,9%	17,0%	26,6%	24,0%
Total das Despesas	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

(1) Preliminar; (2) OGE Inicial. Fontes: Autoridades Angolanas e Eaglestone Securities.

Em termos de despesas por sector, o governo espera gastar 11.040 mil milhões de AKZ em 2023 se excluirmos despesas com operações de dívida pública (juros). Trata-se de mais 17,0% do que o previsto no OGE 2022 e resulta de um aumento dos gastos nos sectores social, económico e de defesa, segurança e ordem pública. No entanto, prevê-se que os gastos com os serviços públicos gerais diminuam no período. De salientar ainda que se prevê uma redução de 2,6% da despesa financeira relativa à dívida e que esta representa 45,1% do total das despesas previstas (vs. 49,6% do total previsto no OGE 2022).

A despesa total (excluindo juros) deverá aumentar 17,0%

Conforme descrito na tabela abaixo, estima-se que as despesas com o sector social se situem 33,4% acima do valor orçamentado para 2022 devido ao forte aumento da despesa em habitação, saúde e educação. O sector social deverá continuar a ser, de longe, o mais relevante em termos de despesas, representando 43,5% das despesas primárias (excluindo operações de dívida pública) e 23,9% do total das despesas.

O sector social manter-se-á claramente o sector mais importante em termos de despesas por sector

O aumento das despesas no sector económico (45,7%) reflecte uma subida acentuada dos gastos com combustíveis e energia, agricultura, pesca, transportes e nas indústrias extractiva, transformadora e construção, prevendo-se que este sector represente 18,2% das despesas primárias e 10,0% do total das despesas. Os gastos no sector da defesa, segurança e ordem pública deverão subir 9,0%, enquanto a despesa em serviços públicos gerais deverá cair 12,9%. As despesas nestes sectores deverão representar 15,6% e 22,7% das despesas primárias, respectivamente.

A despesa no sector da defesa, segurança e ordem pública deverá aumentar 9,0%

DESPESAS POR SECTOR	Variação		% Total Desp. (1)		% Total Desp.		% do PIB		
	AKZ Mil Milhões	2022	2023	2023 / 2022	2022	2023	2022	2023	
Sector Social	3 597	4 799	33,4%	38,1%	43,5%	19,2%	23,9%	6,6%	7,9%
Educação	1 242	1 553	25,1%	13,2%	14,1%	6,6%	7,7%	2,3%	2,5%
Saúde	924	1 340	45,1%	9,8%	12,1%	4,9%	6,7%	1,7%	2,2%
Protecção Social	655	689	5,1%	6,9%	6,2%	3,5%	3,4%	1,2%	1,1%
Habitação	706	1 113	57,6%	7,5%	10,1%	3,8%	5,5%	1,3%	1,8%
Outros	71	104	47,3%	0,8%	0,9%	0,4%	0,5%	0,1%	0,2%
Sector Económico	1 380	2 011	45,7%	14,6%	18,2%	7,4%	10,0%	2,5%	3,3%
Agricultura, Silvicultura, Pesca e Caça	324	412	27,1%	3,4%	3,7%	1,7%	2,1%	0,6%	0,7%
Transportes	509	585	15,0%	5,4%	5,3%	2,7%	2,9%	0,9%	1,0%
Combustíveis e Energia	416	786	88,8%	4,4%	7,1%	2,2%	3,9%	0,8%	1,3%
Indústria Extractiva, Transformadora e Construção	68	123	80,8%	0,7%	1,1%	0,4%	0,6%	0,1%	0,2%
Assuntos Económicos Gerais, Comerciais e Laborais	37	75	103,3%	0,4%	0,7%	0,2%	0,4%	0,1%	0,1%
Outros	27	31	15,5%	0,3%	0,3%	0,1%	0,2%	0,0%	0,1%
Defesa, Segurança e Ordem Social	1 578	1 720	9,0%	16,7%	15,6%	8,4%	8,6%	2,9%	2,8%
Defesa	790	855	8,2%	8,4%	7,7%	4,2%	4,3%	1,4%	1,4%
Segurança e Ordem Pública	788	865	9,8%	8,4%	7,8%	4,2%	4,3%	1,4%	1,4%
Serviços Públicos Gerais e Outros	2 883	2 510	-12,9%	30,5%	22,7%	15,4%	12,5%	5,3%	4,1%
Serviços Gerais	864	939	8,6%	9,2%	8,5%	4,6%	4,7%	1,6%	1,5%
Órgãos Executivos	1 110	932	-16,1%	11,8%	8,4%	5,9%	4,6%	2,0%	1,5%
Outros	909	639	-29,6%	9,6%	5,8%	4,8%	3,2%	1,7%	1,0%
Total Despesas (Ex. Operações Dívida Pública)	9 439	11 040	17,0%	100,0%	100,0%	50,4%	54,9%	17,3%	18,1%
Operações de Dívida Pública	9 307	9 064	-2,6%			49,6%	45,1%	17,1%	14,9%
Doméstica	5 335	3 994	-25,1%			28,5%	19,9%	9,8%	6,5%
Estrangeira	3 972	5 070	27,7%			21,2%	25,2%	7,3%	8,3%
Total das Despesas	18 745	20 104	7,2%			100,0%	100,0%	34,3%	33,0%

(1) Excluindo Operações Dívida Pública. Fontes: Autoridades Angolanas e Eaglestone Securities.

O governo prevê financiar o OGE 2023 voltando a recorrer maioritariamente a receitas públicas, principalmente impostos (59,7% do total), ao contrário do financiamento através de

As receitas de impostos deverão representar perto

dívida pública. Ainda assim, o montante previsto para o financiamento através de dívida deverá aumentar 31,6% face ao valor estimado para 2022 e estar mais em linha com a previsão inicial do OGE 2022.

O Governo espera ainda um aumento de 14,3% no pagamento de juros da dívida e de 25,9% na amortização da dívida relativamente aos valores previstos para 2022 e que estes representem 12,1% e 32,9% do total da despesa, respectivamente. Ou seja, prevê-se que 45% do total das despesas sejam alocadas ao pagamento do serviço da dívida (amortização da dívida mais juros). O governo prevê também gastar relativamente mais com os salários dos trabalhadores do sector público e em bens e serviços e gastar menos em transferências.

de 60% do total das receitas em 2023

O pagamento do serviço da dívida (juros mais capital) deverá representar 45% da despesa total

FINANCIAMENTO DO OGE	AKZ Mil Milhões			Variação		% do Total			% do PIB			
	2022 (1)	2022 (2)	2023 (1)	2023(1) / 2022(1)	2023(1) / 2022(2)	2022 (1)	2022 (2)	2023 (1)	2022 (1)	2022 (2)	2023 (1)	
Receitas												
Receitas Fiscais	11 637	13 332	13 462	15,7%	1,0%	62,1%	70,2%	67,0%	21,3%	24,6%	22,1%	
Impostos	10 730	12 355	11 999	11,8%	-2,9%	57,2%	65,1%	59,7%	19,7%	22,8%	19,7%	
Sector Petrolífero	6 118	7 973	7 196	17,6%	-9,8%	32,6%	42,0%	35,8%	11,2%	14,7%	11,8%	
Sector Não-Petrolífero	4 612	4 382	4 804	4,2%	9,6%	24,6%	23,1%	23,9%	8,4%	8,1%	7,9%	
Contribuições Sociais	336	390	311	-7,4%	-20,2%	1,8%	2,1%	1,5%	0,6%	0,7%	0,5%	
Outros	572	587	1 152	101,3%	96,2%	3,1%	3,1%	5,7%	1,0%	1,1%	1,9%	
Receitas de Capital	0	39	0	-	-100,0%	0,0%	0,2%	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%	
Venda de Activos	224	88	20	-91,3%	-77,8%	1,2%	0,5%	0,1%	0,4%	0,2%	0,0%	
Financiamento	6 884	5 031	6 623	-3,8%	31,6%	36,7%	26,5%	32,9%	12,6%	9,3%	10,9%	
Doméstico	3 050	2 555	3 097	1,5%	21,2%	16,3%	13,5%	15,4%	5,6%	4,7%	5,1%	
Internacional	3 834	2 476	3 526	-8,0%	42,4%	20,5%	13,0%	17,5%	7,0%	4,6%	5,8%	
Fundo Soberano	0	488	0	-	-100,0%	0,0%	2,6%	0,0%	0,0%	0,9%	0,0%	
Total das Receitas	18 745	18 979	20 104	7,2%	5,9%	100,0%	100,0%	100,0%	34,3%	35,0%	33,0%	
Despesas												
Remunerações	2 677	2 391	2 825	5,5%	18,2%	14,3%	12,6%	14,1%	4,9%	4,4%	4,6%	
Salários	2 520	0	0	-100,0%	-	13,4%	0,0%	0,0%	4,6%	0,0%	0,0%	
Bens e Serviços	2 430	2 112	2 885	18,7%	36,6%	13,0%	11,1%	14,4%	4,5%	3,9%	4,7%	
Juros	3 021	2 135	2 441	-19,2%	14,3%	16,1%	11,2%	12,1%	5,5%	3,9%	4,0%	
Internos	1 753	989	1 296	-26,1%	31,0%	9,4%	5,2%	6,4%	3,2%	1,8%	2,1%	
Externos	1 268	1 146	1 145	-9,6%	0,0%	6,8%	6,0%	5,7%	2,3%	2,1%	1,9%	
Transferências	1 535	2 091	1 657	8,0%	-20,7%	8,2%	11,0%	8,2%	2,8%	3,9%	2,7%	
Subsídios	873	1 523	964	10,5%	-36,7%	4,7%	8,0%	4,8%	1,6%	2,8%	1,6%	
Acquisição de Activos Não-Fin.	1 973	3 171	3 094	56,8%	-2,4%	10,5%	16,7%	15,4%	3,6%	5,8%	5,1%	
Amortização da Dívida	6 533	5 260	6 623	1,4%	25,9%	34,8%	27,7%	32,9%	12,0%	9,7%	10,9%	
Interna	4 314	3 140	2 849	-34,0%	-9,3%	23,0%	16,5%	14,2%	7,9%	5,8%	4,7%	
Externa	2 218	2 120	3 774	70,1%	78,1%	11,8%	11,2%	18,8%	4,1%	3,9%	6,2%	
Outros Investimentos Financeiros	577	347	579	0,3%	66,7%	3,1%	1,8%	2,9%	1,1%	0,6%	0,9%	
Operações do Tesouro	0	1 473	0	-	-100,0%	0,0%	7,8%	0,0%	0,0%	2,7%	0,0%	
Total das Despesas	18 745	18 979	20 104	7,2%	5,9%	100,0%	100,0%	100,0%	34,3%	35,0%	33,0%	

(1) OGE Inicial, (2) Estimativa. Fonte: Ministério das Finanças.

A tabela abaixo resume as necessidades de financiamento do governo angolano para 2023. As necessidades brutas de financiamento deverão atingir os 7.202 mil milhões de AKZ no período, representando 11,8% do PIB. Estas incluem (1) necessidades líquidas de financiamento de 579 mil milhões de AKZ (0,9% do PIB) e (2) amortização da dívida de 6,623 mil milhões de AKZ (10,9% do PIB). De referir que 92,0% das necessidades brutas de financiamento dizem respeito à amortização da dívida, o que compara com 74,3% do total do ano anterior.

As necessidades brutas de financiamento deverão representar 11,8% do PIB

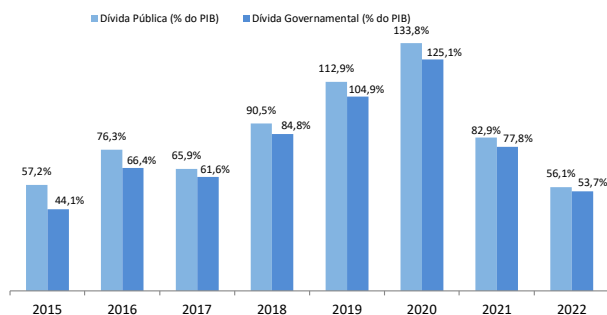
FINANCIAMENTO DO OGE	AKZ Mil Milhões			Variação		% do Total			% do PIB			
	2022 (1)	2022 (2)	2023 (1)	2023(1) / 2022(1)	2023(1) / 2022(2)	2022 (1)	2022 (2)	2023 (1)	2022 (1)	2022 (2)	2023 (1)	
Necessidades Brutas de Financ.												
Necessidades Líquidas de Financ.	577	1 820	579	0,3%	-68,2%	8,1%	25,7%	8,0%	1,1%	3,4%	0,9%	
Déficit Fiscal	0	0	0	-	-	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Operações de Tesouraria	0	1 473	0	-	-100,0%	0,0%	20,8%	0,0%	0,0%	2,7%	0,0%	
Acquisição de Activos Financeiros	577	347	579	0,3%	66,7%	8,1%	4,9%	8,0%	1,1%	0,6%	0,9%	
Amortizações de Dívida de CMLP	6 533	5 260	6 623	1,4%	25,9%	91,9%	74,3%	92,0%	12,0%	9,7%	10,9%	
Internas	4 314	3 140	2 849	-34,0%	-9,3%	60,7%	44,4%	39,6%	7,9%	5,8%	4,7%	
Externas	2 218	2 120	3 774	70,1%	78,1%	31,2%	29,9%	52,4%	4,1%	3,9%	6,2%	
Total Nec. Brutas de Financ.	7 109	7 080	7 202	1,3%	1,7%	100,0%	100,0%	100,0%	13,0%	13,1%	11,8%	
Fontes de Recursos do Estado												
Venda de Activos	224	88	20	-91,3%	-77,8%	3,2%	1,2%	0,3%	0,4%	0,2%	0,0%	
Financiamento no Ano	6 884	5 031	6 623	-3,8%	31,6%	96,8%	71,1%	92,0%	12,6%	9,3%	10,9%	
Interno	3 050	2 555	3 097	1,5%	21,2%	42,9%	36,1%	43,0%	5,6%	4,7%	5,1%	
Externo	3 834	2 476	3 526	-8,0%	42,4%	53,9%	35,0%	49,0%	7,0%	4,6%	5,8%	
Superávit Fiscal	2	1 472	560	-	-62,0%	0,0%	20,8%	7,8%	0,0%	2,7%	0,9%	
Utilização de Recursos do FSDEA	0	306	0	-	-100,0%	0,0%	4,3%	0,0%	0,0%	0,6%	0,0%	
Utilização de Depósitos	0	182	0	-	-100,0%	0,0%	2,6%	0,0%	0,0%	0,3%	0,0%	
Total de Fontes de Recursos	7 109	7 079	7 202	1,3%	1,7%	100,0%	100,0%	100,0%	13,0%	13,1%	11,8%	

(1) OGE Inicial, (2) Estimativa. Fonte: Ministério das Finanças.

Entretanto, a dívida pública de Angola manteve uma trajectória descendente em 2022, depois de já ter registado uma queda acentuada no ano anterior. As estimativas actuais do governo indicam que a dívida pública pode atingir os 56,1% do PIB até Dezembro de 2022, enquanto a dívida governamental pode ficar nos 53,7% do PIB. Estes números comparam com níveis historicamente elevados de 133,8% e 125,1% do PIB, respectivamente, em 2020. Esta evolução mais favorável nos níveis da dívida pública deve-se ao impacto dos *superávits* primários registados nos últimos anos, bem como a uma taxa de câmbio do kwanza mais estável registada desde 2021. Recorde-se que cerca de dois terços da dívida pública do país é dívida externa e, consequentemente, está denominada em moeda estrangeira.

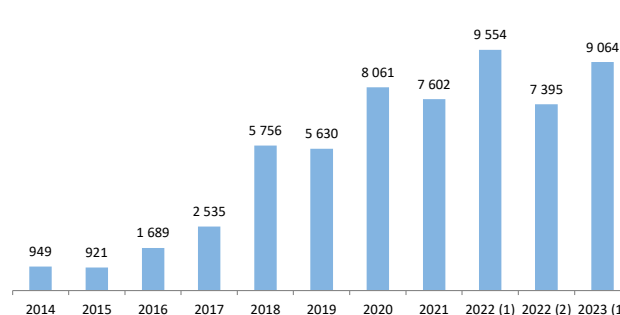
O rácio da dívida pública continuou a cair em 2022 depois de ter atingido um máximo histórico de 133,8% do PIB em 2020

DÍVIDA PÚBLICA E DÍVIDA GOVERNAMENTAL (% DO PIB)



Fonte: Ministério das Finanças.

PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA (MIL MILHÕES AKZ)



(1) OGE inicial; (2) Estimativa. Fonte: Ministério das Finanças.

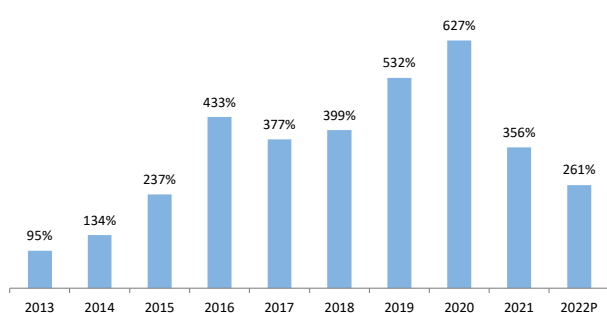
Algumas métricas mostram uma melhoria nos últimos dois anos (2021-22) do impacto causado pela dívida pública angolana nas contas do governo. Por exemplo, de acordo com os nossos cálculos, o rácio dívida pública/receitas deverá diminuir para 261% em 2022, situando-se no nível mais baixo desde 2015. De notar que este rácio atingiu 627% em 2020 e depois caiu para 356% em 2021. No entanto, o rácio pagamentos de juros/receitas deverá manter-se perto dos níveis historicamente elevados registados nos últimos anos, atingindo os 26,0% em 2022.

Algumas métricas mostram uma melhoria em termos do impacto causado pela dívida pública nas contas do governo

Em suma, o governo afirmou que o OGE 2023 foi elaborado tendo em conta a Lei nº 37/20, de 30 de Setembro, relativa à sustentabilidade das contas públicas. De acordo com esta lei, o governo conduz a política fiscal para atingir o objetivo de um défice primário não-petrolífero de no máximo 5% do PIB até 2025 e a redução continuada do rácio da dívida para 60% do PIB a longo prazo. O controlo do crescimento do défice primário não-petrolífero continua a ser uma prioridade para o governo, considerando a importância que isso implica para a estabilidade macroeconómica do país, as necessidades de financiamento do Estado e a sustentabilidade da dívida pública. Ainda assim, importa realçar que o OGE 2023 prevê que o défice primário não-petrolífero volte a ficar acima do objetivo acima referido, atingindo os 6,5% do PIB este ano (o que compara com um nível estimado de 7,7% do PIB em 2022).

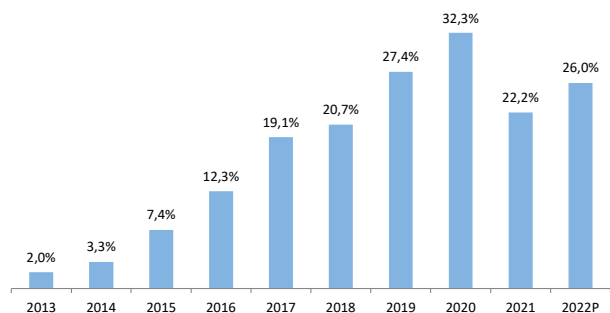
O governo mantém-se comprometido na implementação de medidas de consolidação fiscal, mas deverá falhar novamente a meta de atingir um défice primário não-petrolífero não superior a 5% do PIB

DÍVIDA PÚBLICA (% DAS RECEITAS)



Fontes: Ministério das Finanças e Eaglestone Securities.

PAGAMENTO DE JUROS (% DAS RECEITAS)



Fontes: Ministério das Finanças e Eaglestone Securities.

Disclaimer

This document has been prepared by Eaglestone Advisory Limited which is authorised and regulated by the Financial Conduct Authority of the United Kingdom and its affiliates ("Eaglestone"), and is provided for information purposes only.

The information and opinions in this document are published for the assistance of the recipients, are for information purposes only, and have been compiled by Eaglestone in good faith using sources of public information considered reliable. Although all reasonable care has been taken to ensure that the information contained herein is not untrue or misleading we make no representation regarding its accuracy or completeness, it should not be relied upon as authoritative or definitive, and should not be taken into account in the exercise of judgments by any recipient. Accordingly, with the exception of information about Eaglestone, Eaglestone makes no representation as to the accuracy or completeness of such information.

This document does not have regard to specific investment objectives, financial situation and the particular needs of any specific recipient. Recipients should seek financial advice regarding the appropriateness of investment strategies discussed or recommended in this document and should understand that the statements regarding future prospects may not be realised. Unless otherwise stated, all views (including estimates, forecasts, assumptions or perspectives) herein contained are solely expression Eaglestone's research department.

This document must not be considered as an offer to sell or a solicitation to buy any investment instrument and distribution of this document does not oblige Eaglestone to enter into any transaction. Nothing in this document constitutes investment, legal, tax or accounting advice. The opinions expressed herein reflect Eaglestone's point of view as of the date of its publication and may be subject to change without prior notice

This document is intended for is made to and directed at (i) existing clients of Eaglestone and/or (ii) persons who would be classified as a professional client or eligible counterparty under the FCA Handbook of Rules and Guidance if taken on as clients by Eaglestone and/or (iii) persons who would come within Article 19 (investment professionals) or Article 49 (high net worth companies, trusts and associations) of the Financial Services and Markets Act 2000 (Financial Promotions) Order 2001 and/or (iv) persons to whom this communication could otherwise be lawfully made in the United Kingdom or by respective home jurisdictions regulators for non UK countries. None of the investments or investment services mentioned or described herein are available to "private customers" as defined by the rules of the Financial Conduct Authority ("FCA"). It should not be disclosed to retail clients (or equivalent) and should not be distributed to others or replicated without the consent of Eaglestone. Eaglestone name and the eagle logo are registered trademarks.

Additional information is available upon request.



AMSTERDAM - Herengracht 450-454 1017 CA - T: +31 20 240 31 60

CAPE TOWN - 22 Kildare Road Newlands 7700 - T: +27 21 674 0304

JOHANNESBURG -Unit 4, Upper Ground, Katherine & West 114 West Street, Sandton – T: +27 11 326 6644

LISBON - Av. da Liberdade, 105, 3rd Floor - T: +351 21 121 44 00

LONDON - 2 Portman Street T: +44 20 7038 6200

LUANDA - Rua Gamal Abdel Nasser, Loanda Towers, Torre B 20º Escritório 1, Ingombotas - T: +244 222 441 362

MAPUTO – Rua Lucas Elias Kumato No. 283 - T: +258 21 342 811

Disclosures

Eaglestone was founded in December 2011 with the aim to be a committed partner for the development of businesses located primarily in Sub-Saharan Africa and to support the development of renewable energy projects on a global basis.

The company has three business activities - financial advisory services, asset management and brokerage - and currently has offices in Amsterdam, Cape Town London, Lisbon, Luanda and Maputo

Eaglestone is committed to operating and behaving according to the highest standards of corporate governance. Its subsidiary in the United Kingdom is authorized and regulated by the Financial Conduct Authority.

Eaglestone operates with a clear vision and mission to act on behalf of and in the best interests of all its stakeholders, whether they are investors, employees or users of its services.

EAGLESTONE SECURITIES

Research

Tiago Bossa Dionísio

(+351) 964 643 530

tiago.dionisio@eaglestone.eu